

POSIÇÕES REPUBLICANAS NO CONTEXTO DA DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM CAMPINAS NO FINAL DO SÉCULO XIX”¹

Renata Bianconi²

Resumo

O objeto deste estudo é a cidade de Campinas no final do século XIX entendida como centro dinâmico do processo de expansão da cultura cafeeira na região do Oeste Paulista, a partir de 1870, momento em que assumiram aspecto formal as manifestações republicanas na província de São Paulo. Nesse sentido, a hipótese do trabalho é que, maturando condições previamente estabelecidas, Campinas consolidou-se como um espaço dinâmico para a diversificação de atividades dentro do complexo cafeeiro paulista, sendo capaz de gerar uma elite com consciência de seus próprios interesses e ciente da dimensão do significado de sua influência política, elite esta que assumiu posição privilegiada em âmbito nacional na constituição da nova ordem política, econômica e social que se instalou com a República.

Palavras-chave: complexo cafeeiro – Campinas – elite econômica – republicanismo

1. Introdução

Período de transformações, o último quarto do século XIX alterou os parâmetros da vida econômica e social do país: a mudança no sistema de trabalho e a questão fim do regime monárquico passaram a ser discutidas de maneira contundente pelos segmentos pertencentes à elite econômica e intelectual dessa sociedade. Em Campinas, forte reduto do partido republicano em São Paulo, e ao mesmo tempo, grande centro escravocrata, as questões que se impuseram nessa década foram discutidas intensamente pela imprensa. Neste trabalho procuramos apreender os possíveis conflitos entre idéias progressistas e necessidades econômicas ainda dependentes da instituição arcaica que era o escravismo, e os mecanismos de acomodação que se criam entre os diversos interesses.

Neste sentido, procuramos inicialmente caracterizar de forma breve o processo de desenvolvimento econômico de Campinas, salientando que a presença no município de uma

¹ Este texto baseia-se em alguns pontos discutidos na dissertação de mestrado intitulada “Dinâmica Econômica e Formas de Sociabilidade: Aspectos da Diversificação das Atividades Urbanas em Campinas (1870-1905)”, defendida em 2002, no Instituto de Economia da UNICAMP, sob orientação do Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves.

² Mestre em História Econômica e Doutoranda em Economia – Instituto de Economia/UNICAMP.

estrutura econômica desenvolvida a partir da produção açucareira -que coexistiu e foi sendo substituída pela produção cafeeira- viabilizou a introdução de elementos capitalistas de produção quando da inserção do município na produção cafeeira em larga escala, o que marcou seu desenvolvimento no final do século XIX. A partir da acumulação proporcionada pela cultura cafeeira, outras atividades econômicas passaram a se desenvolver na província, com a presença marcante dos capitais campineiros. Nesse sentido, podemos destacar, ainda na década de 1870, empreendimentos como as estradas de ferro Paulista e Mogiana, realizados com o aporte de capitais da região Oeste Paulista, destacados à época como provas do grau de desenvolvimento da iniciativa privada paulista. Em Campinas, mais especificamente, os capitais privados empreenderam importantes obras urbanas, merecendo destaque os serviços de utilidade pública, como iluminação, águas e esgotos, transporte urbano, que situavam Campinas entre as cidades de maior desenvolvimento urbano à época.

Sendo a economia cafeeira basicamente dependente do trabalho escravo, quando do surto cafeeiro no Oeste Paulista, procuramos apreender na documentação estudada as possibilidades da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre aos olhos dos contemporâneos, e posteriormente, as preocupações objetivas com a questão da abolição, quando já não se acreditava mais na possibilidade real de manutenção dessa forma de trabalho.

A posição dos republicanos de Campinas, em geral ligados à atividade cafeeira, acerca dessas questões perpassa toda a discussão, ao privilegiarmos como fonte o periódico de declarada orientação republicana *Gazeta de Campinas*, que foi o veículo mais importante de disseminação das idéias republicanas na cidade, dada a participação de influentes membros do Partido Republicano Paulista entre seus redatores e colaboradores (Campos Salles, Francisco Glicério, Francisco Quirino dos Santos³, Jorge de Miranda, Américo Brasiliense, entre outros).

³ Francisco Quirino dos Santos foi o fundador da *Gazeta de Campinas*, em 1869. A propriedade do jornal foi passada a Carlos Ferreira, também republicano em 1876, continuando Quirino dos Santos como seu colaborador. O periódico encerrou suas atividades no início de 1889.

2. Campinas como centro dinâmico da expansão cafeeira no Oeste Paulista

A partir do Vale do Paraíba, a cultura cafeeira estendeu-se a outras regiões da província de São Paulo (“Oeste Paulista”), nas quais tornou-se significativa, já na segunda metade do século XIX. A marcha do café em direção ao Oeste Paulista explica-se pela própria dinâmica da economia mercantil-escravista cafeeira, que estaria sujeita à disponibilidade de terras nas quais a produção pudesse ser lucrativa, devido ao caráter extensivo de sua acumulação. Desse modo, já em meados do século XIX, começam a se esgotar as possibilidades de expansão do café no Vale do Paraíba, devido à exaustão do solo, e ao aumento dos custos de inversão, com a diminuição da oferta de terras. No Oeste Paulista, o café não encontraria limite territorial à sua expansão, e as terras, além de abundantes, seriam excelentes sob o aspecto das condições climáticas, de fertilidade (“terra roxa”) e topografia (terreno pouco acidentado, que favorecia a utilização de máquinas carpeiras); apenas restaria a ser resolvido, nessa região, o problema da elevação dos custos de transporte da produção, inerentes à expansão para áreas internas do país.

A implantação das ferrovias em São Paulo durante a década de 1870 contribuiu para a expansão do processo de acumulação no complexo cafeeiro, sob dois aspectos: ao aumentar a produtividade diminuindo os custos com transportes e as perdas durante o percurso, as ferrovias elevavam a lucratividade dos produtores, permitindo a expansão do excedente gerado na cafeicultura; sendo atividades rentáveis, os investimentos em ferrovias eram uma opção para a utilização desse excedente acumulado com a diminuição dos custos. Assim, as ferrovias tornaram-se, ao mesmo tempo, a origem e o destino dos capitais acumulados.⁴ No que tange ao processo de desenvolvimento dos núcleos urbanos, a expansão ferroviária desempenhou significativo papel ao demandar a instalação de oficinas mecânicas e de reparos e ao promover o treinamento da mão-de-obra, incentivando o desenvolvimento de atividades urbanas (comércio, serviços, indústrias) para viabilizar a instalação dos trabalhadores ligados às ferrovias. Também, a partir da década de setenta, dissemina-se na região Oeste de São Paulo a utilização de máquinas de beneficiamento de café, que permitiram poupar trabalho escravo e melhorar a qualidade do produto.

Campinas inserira-se na produção voltada ao mercado exterior com a cultura do

⁴ Cf.: CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. 2ª edição. São Paulo: T. A. Queiroz, 1977. Cap. 1.

açúcar, que permitiu ao município equipar-se para a produção na grande lavoura: houve o desenvolvimento de máquinas e implementos, benfeitorias e edificações, a concentração de mão-de-obra (escravos) e o estabelecimento de um sistema de transportes regular constituído pelas tropas de muars.⁵ Tais elementos presentes na região foram fundamentais para que Campinas pudesse se inserir na produção cafeeira de modo competitivo, passando em pouco tempo a ser considerada a “capital agrícola da Província de São Paulo”. Conforme salientou Amaral Lapa, o complexo cafeeiro beneficiou-se com a acumulação ocorrida no período açucareiro, com “a formação de uma aristocracia agrária empreendedora, a aquisição de um *know-how* agrário e comercial, entre outros fatores(...)”⁶

Portanto, desempenhando papel nuclear na economia cafeeira paulista das últimas décadas do século XIX, Campinas tornou-se o centro das transformações nas relações de produção do Oeste paulista, com o progressivo abandono do trabalho escravo em favor do trabalho livre, a introdução de ferrovias e da mecanização nas operações de beneficiamento do café. A cidade tornou-se, também, o centro das discussões acerca das questões que afligiam a economia cafeeira: a elite campineira (fazendeiros, profissionais liberais, etc.) participou de forma ativa na busca de soluções às importantes questões do período, como a implantação de ferrovias, a falta de crédito agrícola e a necessidade da substituição do trabalho, no contexto da proibição do tráfico de escravos.

2.1 O encaminhamento da questão do transporte da produção e as queixas sobre a falta de crédito agrícola

Os elevados custos do transporte da produção do Oeste Paulista até o porto de embarque, representavam um problema à expansão lucrativa da lavoura cafeeira na região. Nesse sentido, as vias férreas seriam o meio mais certo, rápido e eficaz de se realizar o transporte, tornando as novas áreas economicamente viáveis à exploração agrícola. As estradas de ferro viriam substituir o antigo sistema de transporte, as tropas de mulas, sistema incapaz de atender às crescentes necessidades da economia paulista; acrescente-se à deficiência desse meio de transporte as condições precárias das estradas de rodagem da

⁵ LAPA, J. R. A. A Cidade: Os Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. Capítulo 4.

⁶ LAPA, J. R. A., op. cit., pág. 85.

província, e a difícil descida da Serra do Mar.⁷ O problema do péssimo estado de conservação das estradas provinciais foi discutido, por diversas vezes, em artigos da Gazeta de Campinas: Francisco Quirino dos Santos, ao informar sobre o estado de abandono da estrada entre Campinas e Amparo, mostrou-se indignado com a posição do governo, que proclamava os saldos positivos do Tesouro Provincial, mas não utilizava os recursos para atender às necessidades dos cidadãos.⁸ Como solução ao problema do transporte, já se discutia na província de São Paulo, em meados do século XIX, a viabilidade da construção de uma estrada de ferro ligando a capital a Santos. O desenvolvimento econômico da província comportaria uma obra desse porte, que beneficiaria municípios como Campinas, Jundiaí e Limeira, produtores de café e açúcar, com grande potencial de expansão da produção, se vencidas as enormes distâncias até o porto de embarque. Em 1856, o governo outorgou a concessão para a construção de uma estrada de ferro que ligasse São Paulo a Santos, e se dirigisse a Jundiaí, para a qual organizou-se, em Londres, a companhia *São Paulo Railway*, que recebeu garantia de juros do governo e zona privilegiada. A construção foi iniciada em 1860, atingindo São Paulo em 1866, e Jundiaí, em 1867. Com a conclusão dessa ferrovia foi dinamizada a exportação paulista, especialmente do Oeste Paulista, que passou a ser realizada preferencialmente pelo porto de Santos.

Porém, a estrada de ferro de Santos a Jundiaí terminou seis léguas aquém do terreno mais produtivo dessa parte da província, pois, entre Santos a Jundiaí, nenhuma cultura importante seria possível, impondo-se a necessidade de prolongar a estrada até um ponto onde a lavoura tivesse uma escala produtiva mais considerável. A Companhia Inglesa, detentora do privilégio de exploração de vias férreas nessa parte da província, apesar de compreender a necessidade do prolongamento da estrada, não se interessou em empreender a obra, abrindo a possibilidade de realização da empresa por outro grupo interessado.⁹ O governo da província, alegando falta de recursos para empreender esse melhoramento, deixou a cargo dos

⁷ Problemas discutidos em: SAES, F. A. M. As Ferrovias de São Paulo 1870-1940. São Paulo: HUCITEC, 1981. Pág. 38.

⁸ *Gazeta de Campinas*, 28/11/1869. Sobre a posição do governo paulista frente a essa questão, Campos Salles comenta: “Tudo da corte e pela corte. (...) O dinheiro destinado pela Assembléia Provincial aos grandes melhoramentos esbanja-se ao sabor de um ou outro aventureiro (...). Aqui os cofres regurgitam de dinheiro, a receita provincial cresce todos os anos, e no entanto, as vias de comunicação estão em completo abandono e tornam-se por isso cada vez piores”. Trecho transcrito do artigo “Não temos administração”, da *Gazeta de Campinas*, 5/12/1869.

⁹ Ver: Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, em 2 de Fevereiro de 1868.

agricultores, capitalistas e comerciantes da província a iniciativa da obra, considerando serem estes os maiores interessados: a falta do prolongamento estaria impondo enormes sacrifícios a essa parte da província, cuja riqueza derivaria da lavoura, sendo da ordem de 2:400:000\$000 as perdas anuais com a falta da obra. Em Campinas, realizou-se uma reunião para discutir o assunto, à qual concorreu grande número de cidadãos locais, da capital, de Santos e de outros lugares, abrindo-se uma subscrição para a formação de uma Companhia Paulista para o prolongamento da estrada de ferro de Jundiaí a Campinas.¹⁰ Seria o primeiro exemplo da formação de uma companhia brasileira de porte, livre de capitais estrangeiros.¹¹

Legalizada a Cia. Paulista, os trabalhos iniciaram-se em março de 1870, e no final desse ano, os moradores de Campinas já eram detentores da quarta parte das ações emitidas, isto é, 5.240 ações, correspondentes ao capital de 1:048:000\$000.¹² A linha completa, com extensão de 44.063,35m¹³ entre Jundiaí e Campinas foi inaugurada em 11/08/1872. No ano de inauguração da linha, entre os maiores acionistas de Campinas da Cia. Paulista encontravam-se: José Egídio de Souza Aranha, com 513 ações, Camilo Xavier Bueno da Silveira (herdeiros de), com 500 ações, Victorino Pinto Nunes, 305 ações e Joaquim Ferreira Penteado, 300 ações.

A expansão da lavoura cafeeira em Campinas e região possibilitou que, antes mesmo da inauguração da linha da Cia. Paulista entre Jundiaí e Campinas, começassem a ser discutidas as possibilidades do prolongamento dessa linha, a fim de estender os benefícios das vias férreas pelo Oeste Paulista¹⁴. Discutia-se a viabilidade do prolongamento, a partir de Campinas, para duas direções distintas: as regiões de Rio Claro e Mogi-Mirim. Campos Salles, ao manifestar-se na imprensa campineira sobre a questão, argumentou que ambos os municípios deveriam organizar suas empresas para o

¹⁰ O primeiro nome inscrito foi o do Sr. Barão de Itapetininga, capitalista, com 1.000 ações de 200\$000, ao qual juntaram-se outros, totalizando 18.600 ações, no valor de 3:720:000\$000, o que já atingiria um dos orçamentos apresentados para a obra.

¹¹ Informações colhidas no Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em 2 de Fevereiro de 1868, pelo presidente da Província de São Paulo, conselheiro Joaquim Saldanha Marinho.

¹² Segundo notícia da *Gazeta de Campinas*, de 29/12/1870, os cidadãos de Campinas teriam adquirido, além das ações que já possuíam, 1.805 ações da Cia. Paulista cedidas por moradores de Itu, e 650 ações cedidas por Mauá & C.

¹³ Almanak de Campinas para 1873. José Maria Lisboa (org.). Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1872. Pág. 33.

¹⁴ Calculava-se uma economia de mais de 10 rs. a cada 15 quilogramas, por quilômetro de estrada de ferro construído, significando economia anual, para o café, de alguns milhares de contos de réis. Conforme “Considerações Gerais sobre o Comércio e a Lavoura da Província”, artigo assinado por Cayubi, publicado na *Gazeta de Campinas*, de 22/1/1874.

prolongamento da ferrovia, se para isso dispusessem de recursos. Pensando no desenvolvimento futuro que esses empreendimentos trariam à província, Campos Salles discordava daqueles que acreditavam em “um descalabro geral nos cofres da província, por causa desta febre de estradas que entre nós se desenvolve cada vez mais ardente”; em sua opinião, os capitais que porventura saíssem dos cofres públicos como garantia de juros, certamente retornariam a eles em forma de aumento da arrecadação de impostos, com o crescimento da atividade econômica.¹⁵

Em 1872, a província concedeu garantia de juros à companhia que se encarregasse da construção de uma estrada de ferro de Campinas a Mogi-Mirim, com ramal para Amparo, e privilégio para o prolongamento dessa linha férrea de Mogi-Mirim ao Rio Grande, passando pelas cidades de Casa Branca e Franca.¹⁶ Com sede em Campinas foi organizada a Companhia Mogiana, cuja primeira reunião realizou-se em 1/7/1872, e foi presidida pelo comendador Joaquim Egydio de Souza Aranha. Nessa reunião foi eleita a diretoria da companhia: Dr. Antônio de Queiroz Telles (presidente), Tenente-coronel José Egydio de Souza Aranha, Dr. Antônio Pinheiro d’Ulhoa Cintra, Capitão Joaquim Quirino dos Santos e Antônio Manoel Proença.¹⁷ A construção foi iniciada em 1873, e o trecho completo até Mogi-Mirim (76 km), foi aberto ao tráfego em 27/8/1875, ocasião em que partiu de Campinas o comboio inaugural, contando com a presença do Imperador; o ramal para Amparo, com extensão de 30 km, foi inaugurado em 15/11/1875, com a presença do presidente da província, Dr. Sebastião José Pereira.¹⁸

Além da questão do transporte da produção agrícola, que foi recebendo encaminhamento no início da década de 1870, outras questões se impunham ao pleno desenvolvimento da cafeeicultura no Oeste Paulista, como a falta de crédito à lavoura e a necessidade da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, que já se colocava em meados do século XIX.

As discussões sobre a questão do crédito, em geral, atentavam para a necessidade da criação de um banco hipotecário, que fornecesse capitais com juros baixos e prazos longos

¹⁵ Cf.: “Estrada de Ferro para o Oeste”, artigo de M. F. de Campos Salles. *Gazeta de Campinas*, 9/11/1871.

¹⁶ Na *Gazeta de Campinas*, de 30/05/1872, foi publicada uma carta da comissão encarregada de promover a inscrição de acionistas da Estrada de Ferro Mogiana, convocando os interessados.

¹⁷ *Gazeta de Campinas*, 4/7/1872.

¹⁸ Conforme informações de: AMARAL, L. (org.). *A Cidade de Campinas em 1900*. Campinas: Tipografia Casa do Livro Azul, 1889, pág. 247 e seguintes. Também, *Gazeta de Campinas*, vários números.

aos agricultores. Em um parecer sobre a agricultura local enviado pela Câmara Municipal de Campinas ao governo, informou-se que a indústria agrícola do município sofria com a falta de estabelecimentos de crédito especialmente destinados a fornecer capital barato e a longo prazo aos lavradores, os quais muitas vezes acabavam dominados pelas dívidas, passando a ser tutelados pelos emprestadores de capital: “Em tais circunstâncias é claro que a indústria agrícola não pode ter o desenvolvimento que era para esperar-se da rica natureza do nosso solo, porque lhe é vedado o progresso”¹⁹. De acordo com o parecer, o Banco do Brasil, único estabelecimento destinado a favorecer a lavoura, não teria ainda prestado serviço algum à província de São Paulo, pois beneficiava primordialmente a lavoura do Rio de Janeiro. Nesse sentido, seria necessária a fundação de estabelecimentos de crédito que favorecessem os centros agrícolas mais importantes, e que preferencialmente fossem localizados no seio da zona produtora, e não apenas na Corte ou nas capitais.

2.2 As diferentes abordagens ao problema da mão-de-obra na imprensa campineira

Campinas, que em 1870, era considerada a capital agrícola e “o maior núcleo da escravatura na província de São Paulo”²⁰, também começou a sofrer, ainda na década de sessenta, com a escassez de mão-de-obra escrava e seu elevado custo a partir da proibição do tráfico, em 1850. A questão da substituição do trabalho preocupava os agricultores na medida em que o governo não adotava leis que facilitassem a entrada de imigrantes e proporcionassem garantias aos mesmos, o que alimentava o descrédito do Brasil como país de destino no conceito de outros povos; os alemães, por exemplo, haviam se oposto à imigração para o Brasil, alegando que seus cidadãos seriam tratados como “negros brancos” no país, além de haver intolerância ao culto protestante.²¹ As medidas preconizadas nas páginas da Gazeta de Campinas para melhorar a imagem do Brasil como país de destino aos imigrantes, de modo a promover a imigração em larga escala, foram: construção de estradas (o transporte seria caríssimo no país), criação de leis que

¹⁹ No final do ano de 1873, o governo dirigiu-se às Câmaras Municipais solicitando informações sobre a lavoura e sobre os meios de remediar as suas necessidades. A Câmara Municipal de Campinas, através de comissão formada para esse fim, informou que a lavoura do município, apesar de próspera, sofreria com dois problemas: a falta de braços, que deveria ser tratada com reformas nas instituições e na legislação brasileira, e a falta de capitais. O parecer da comissão da Câmara, datado de 22/12/1873, foi assinado pelos Srs. Campos Salles (relator da comissão), Álvaro de Camargo e Alves Cruz. Cf. “O Governo e a Lavoura”, *Gazeta de Campinas*, 1º de Janeiro de 1874.

²⁰ CAMPOS SALLES, M. F. “Campinas em 1872”. In: Almanak de Campinas para 1873, op. cit., pág. 79.

facilitassem ao imigrante a aquisição de terras (no Brasil os preços das terras seriam exagerados), leis que permitissem a liberdade religiosa, o casamento civil, a naturalização fácil, enfim, que promovessem a igualdade e as liberdades civil, política e religiosa.²²

A preocupação com o encaminhamento da questão do elemento servil, refletiu-se numa série de artigos publicados na *Gazeta de Campinas*, em 1870, nos quais dois fazendeiros, sob os pseudônimos de “Lavrador” e “Roceiro”, discutiram as formas para a arregimentação de trabalhadores livres²³. O “Lavrador”, Joaquim Bonifácio do Amaral, mais tarde Visconde de Indaiatuba, que tivera experiência com cerca de cem colonos em sua fazenda entre os anos 1852 e 1864, e pretendia reabrir a colônia, criticava a falta de ação do governo, sugerindo a formação de pequenas associações de fazendeiros, que através de agentes próprios, engajariam colonos na Europa (contando com empréstimo do Tesouro provincial). Para ele, a inadequação dos colonos engajados pelas casas comerciais européias, preocupadas apenas com seus lucros, seria a explicação do fracasso de algumas experiências anteriores com a colonização²⁴. Nesse sentido, por meio da própria colonização o país deveria reaver a credibilidade do exterior, o que viabilizaria, posteriormente, a imigração espontânea. Já o “Roceiro”, comendador José Vergueiro,²⁵ defendia a formação de grandes associações agrícolas e a arregimentação de trabalhadores pelas casas comerciais européias. Este fazendeiro era contrário aos contratos de parceria ou semelhantes, que “escravizariam” os colonos, defendendo, portanto, a imigração e não a colonização²⁶ (esta, apenas traria vantagens aos proprietários dos grandes estabelecimentos agrícolas, não incentivando o desenvolvimento geral da província). Vergueiro argumentava, ainda, que a existência de trabalho escravo no país era um motivo para afugentar os braços

²¹ CAMPOS SALLES, M. F. “Colonização”, *Gazeta de Campinas*, 14/4/1870.

²² “Questões Agrícolas” (por Lavrador), *Gazeta de Campinas*, 24/4/1870, e “Imigração” (por Campos Salles), *Gazeta de Campinas*, 5/5/1870.

²³ Os artigos (cartas) enviados por esses fazendeiros à *Gazeta de Campinas*, foram publicadas entre 6 de Janeiro e 12 de Maio de 1870.

²⁴ O fazendeiro afirmou, inclusive ter sido forçado, para não estacionar a produção em sua fazenda, a fazer a aquisição de braços escravos, o que teria preferido a contratar colonos de procedência desconhecida (oferecidos pela Associação Central de Colonização, estabelecida na Corte). *Gazeta de Campinas*, 12/5/1870.

²⁵ José Vergueiro, responsável pela formação de uma associação agrícola, em Rio Claro, denominada “Protetora da Imigração Americana e Européia Agrícola para a Província de São Paulo”, era filho do senador Nicolau de Campos Vergueiro, grande proprietário em Limeira e Rio Claro, pioneiro na introdução de colonos na lavoura.

²⁶ Segundo ele, o “colono” sacrificaria sua liberdade por necessidade (receber salário ou pagar dívidas), deixando sua pátria sem possuir capital, e trabalhando para pagar sua passagem; já o “imigrante”, seria o cidadão que expatria-se, fazendo a viagem às suas custas, com o fim de melhorar de vida, ou para fugir de perseguições políticas, religiosas, etc. Cf. *Gazeta de Campinas*, 31/3/1870.

livres e os capitais estrangeiros que poderiam se dirigir ao Brasil.

Campos Salles, ao colocar-se nessa discussão, defendeu que a solução ao problema do trabalho deveria se dar por meio da colonização, mas “com lealdade, garantindo os direitos do proprietário, e colocando o colono ao abrigo da justiça. Por este meio chegaremos a um fim duplo: daremos solução ao problema da substituição, e restabeleceremos o nosso crédito no estrangeiro, caso único em que poderemos contar com a imigração espontânea.”²⁷

A questão da substituição do trabalho escravo pelo livre foi abordada sob outros pontos de vista, tanto o estritamente econômico, como o da necessidade de integração dos trabalhadores nacionais ao mercado de trabalho. Na primeira vertente, pode-se destacar as colocações de A. C. Pacheco e Silva, proprietário de grandes fazendas em Campinas, que confeccionou um interessante quadro comparativo entre os custos do emprego do elemento livre e do elemento escravo, demonstrando a inferioridade absoluta do resultado financeiro da utilização de escravos face ao trabalhador livre.²⁸ Já em 1887, outro fazendeiro, Antônio J. da Costa Wilk, tendo experimentado as duas formas de trabalho (os colonos por período de dezesseis anos) em suas fazendas, comparou a rentabilidade da cultura do café nos dois casos. Wilk mostrou as vantagens que estaria obtendo com o trabalho livre: enquanto com seus quarenta escravos, cujo valor caíra pela metade, obteve um prejuízo de 112 contos, com as vinte famílias de colonos que mantinha teria acumulado lucro de 65:500\$000.²⁹

A possibilidade de utilização de mão-de-obra nacional foi por vezes discutida, mas afirmava-se que a falta de medidas que regulassem a locação de serviços tornava pouco seguro o emprego desses trabalhadores, sujeitos como estavam ao poder discricionário das autoridades policiais, que podiam recrutá-los a qualquer momento para o serviço das revistas e destacamentos da guarda nacional.

Pode-se concluir que, a respeito da substituição do trabalho escravo, manteve-se em Campinas uma postura crítica em relação ao governo que, na concepção da elite econômica

²⁷ “Imigração”, artigo de Campos Salles. *Gazeta de Campinas*, 5/5/1870.

²⁸ Os cálculos feitos por Pacheco e Silva são os seguintes: um colono colhe 140 arrobas de café, que rendem 700\$000; deduzindo-se o pagamento ao colono de 640rs. por cada um dos 280 alqueires colhidos, ficam salvos ao proprietário, 520\$800. Já um escravo, colhendo as mesmas 140 arrobas de café, com rendimento de 700\$000, traria uma despesa de 307\$000, entre o prêmio anual pago ao capital investido na sua compra e as despesas com sua manutenção; ficariam salvos ao proprietário 393\$000. Pelos cálculos apresentados, o escravo renderia ao fazendeiro menos 127\$800, além das fugas, enfermidades longas, morte, etc. Cf. “Colonização”, editorial de F. Quirino dos Santos, *Gazeta de Campinas*, 6/10/1870.

local, não auxiliaria a lavoura na magnitude da importância da região para a geração de recursos ao governo. Campos Salles, ainda no início da década de 1870, recomendava aos agricultores que procedessem à introdução de trabalhadores livres por meios próprios, cuidando “seriamente de salvar a lavoura”, sem esperar mais pelo auxílio do governo.³⁰ Também Francisco Glicério, já em meados da década de 1870, quando da discussão para a formação de um órgão que tratasse das questões pertinentes à agricultura (Clube da Lavoura³¹), defendeu a união da classe dos agricultores, de modo a criar uma opinião política entre os cidadãos com direito a voto contrária aos candidatos à representação nacional que não dessem garantias de trabalhar pelo bem da lavoura. Glicério afirmava que os lavradores deveriam ocupar lugar de honra na direção dos negócios públicos do país.

2.3 Alguns aspectos da diversificação das atividades econômicas em Campinas

Como efeito do rápido crescimento da produção cafeeira e da renda da cidade, ampliaram-se os melhoramentos urbanos em Campinas, buscando atender às necessidades da expansão da produção e da população na região³². Nesse contexto, na década de 1870, teria começado a progressiva evolução da cidade: por meio da linha férrea e do telégrafo paralelo a ela, estabeleceram-se comunicações com uma parte do mundo “civilizado”³³. Campinas, então o maior centro agrícola da província, ainda não podia ser incluída nesse mundo “civilizado”, dado o escasso calçamento das ruas, a falta de iluminação pública, etc. Porém, a década de 1870 marcaria o desenvolvimento do “espírito de associação” em Campinas, com a realização de diversos empreendimentos na cidade. Américo Brasiliense³⁴ assinalou que o ano de 1872 foi “o início de uma era” para Campinas, com a rápida

²⁹ “À Lavoura”, por Antônio José da Costa Wilk. *Gazeta de Campinas*, 26/5/1887.

³⁰ Cf.: CAMPOS SALLES, M. F. “Colônia Sete-Quedas”, in: Almanak de Campinas para 1872. José M. Lisboa (org.). Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1871. Pág. 93.

³¹ Dentre os 45 cidadãos presentes na reunião para a formação do Clube da Lavoura de Campinas, em 1876, destacam-se algumas figuras centrais do partido republicano da cidade, como Manoel F. de Campos Salles, Francisco Glicério e Jorge de Miranda. Cf.: Editorial “Clube da Lavoura”, *Gazeta de Campinas*, 11/4/1876. Definitivamente instalado em 16/7/1876., o Clube discutia questões como a falta de crédito, a substituição do trabalho escravo, a reforma da lei de serviços, redução dos impostos de exportação e redução das tarifas das estradas de ferro.

³² Cf.: SEMEGHINI, U. C., op. cit., pág. 80 e seguintes.

³³ Alguns comentários e expressões utilizados nesse parágrafo constam no artigo “Campinas Atual”, de Henrique de Barcellos, publicado em: AMARAL, L. (org.). A Cidade de Campinas em 1900, op. cit.

³⁴ No ano de 1872, Américo Brasiliense mudou-se de São Paulo para Campinas, indo lecionar no colégio São João. Cf. SANTOS, J.M. Os Republicanos Paulistas e a Abolição. São Paulo: Livraria Martins, 1942. Pág. 104.

expansão da iniciativa individual, da qual seriam exemplos os empreendimentos ferroviários viabilizados na região,³⁵ comentados anteriormente.

Em relação às obras municipais, a mais urgente no início da década de 1870, conforme se observa nos artigos da *Gazeta de Campinas*, era a iluminação pública. Campinas pleiteava verba para sua iluminação, já que cidades como a capital e Santos dispunham de verbas do orçamento provincial para esse fim. Em 1872, o presidente da província J. F. da Costa Pereira Júnior, sancionou a lei autorizando a contratação do serviço de iluminação a gás, com auxílio anual à municipalidade de trinta e três contos de réis; a Câmara Municipal escolheu a proposta para a iluminação das ruas apresentada pelo comendador Joaquim Egydio de Souza Aranha (proprietário de grandes fazendas em Campinas) e outros capitalistas também da cidade.³⁶ Em 1875, a cidade já dispunha de iluminação em suas principais ruas.

Outro problema a ser resolvido na progressista cidade de Campinas era o fornecimento de água potável à população. A Câmara Municipal, em 1873, contratou o estabelecimento de chafarizes nas principais praças da cidade para o abastecimento da população, mas essas obras não foram concluídas. O abastecimento de água era feito essencialmente através de poços, tanto para as ferrovias e indústrias, quanto para as moradias.³⁷ Uma solução definitiva para o problema apenas foi alcançada na década de 1880, quando autorizou-se a Câmara Municipal a contratar o serviço completo de água potável e esgotos na cidade: o serviço de águas (inaugurado em 1891) e a rede de esgotos (inaugurada em 1892), trabalhos considerados modelos no gênero, foram executados pela Companhia Campineira de Águas e Esgotos, organizada em 1887, e presidida por Bento Quirino dos Santos (negociante e capitalista, envolvido em diversos empreendimentos na cidade); a direção das obras coube a Francisco de Salles Oliveira Júnior.³⁸

Também em relação aos melhoramentos urbanos empreendidos em Campinas na década de 1870, cabe ainda destacar a organização da Companhia Campineira Carris de Ferro, cuja primeira diretoria foi formada por Rafael de A. Sampaio, Bento Quirino dos

³⁵ “Retrospecto”, *Gazeta de Campinas*, 25/1/1873. Observe-se, porém, que no caso das ferrovias, a concessão de garantia de juros pelo governo era elemento fundamental para mobilizar os capitais privados.

³⁶ *Gazeta de Campinas*, 25/4/1872 e 4/7/1872.

³⁷ LAPA, J. R. do A., op. cit., capítulo “De Chafarizes e Águas”, pág. 295.

³⁸ Cf.: AMARAL, L. (org.). *A Cidade de Campinas em 1900*, op. cit., pág. 265.

Santos e Francisco Glicério³⁹, inaugurada em 1879.

Como efeito do rápido crescimento econômico e populacional de Campinas na década de 1870, surgiram novas necessidades relativas à vida sócio-cultural da cidade, como a criação de novos espaços para a convivência social, e a organização de associações que atendessem aos anseios dos diversos grupos da população.⁴⁰ A elite local dispunha desde 1847, de um teatro, o São Carlos, cuja fachada fora reconstruída em 1867, sendo considerada superior à da maioria dos teatros do país. Em 1878, inaugurou-se o Rink Campineiro, inicialmente destinado ao divertimento da patinação, mas que em 1880 transformou-se no Teatro Rink, passando a dispor de vasto salão, tornando-se um ponto de encontro da elite campineira.⁴¹ Também em 1878, foi inaugurado o Clube de Corridas Campineiro, iniciativa de agentes locais, que obtiveram o capital para a empresa através da emissão de ações.

A década de 1870 correspondeu, portanto, ao primeiro momento do processo de diversificação do capital cafeeiro em Campinas. A partir da introdução das ferrovias e da disseminação do uso de máquinas de beneficiamento, que reduziram custos e aumentaram a produtividade da atividade cafeeira, o montante excedente gerado com o café, além de ser investido na expansão da própria atividade nuclear, permitiu o surgimento de diversas empresas de serviços públicos, entre outras, que contribuíram para a aceleração do processo de urbanização em Campinas; poucas cidades alcançavam o grau de desenvolvimento que a diversificação do capital cafeeiro proporcionou a Campinas.

³⁹ “Companhia de Bondes”, *Gazeta de Campinas*, 22/10/1878.

⁴⁰ Inúmeras foram as associações sócio-culturais criadas no período na cidade de Campinas, com a participação de fazendeiros, capitalistas, negociantes, entre outros. Porém, no âmbito deste trabalho não cabe uma exploração mais detida dessa forma de diversificação de atividades dentro do complexo cafeeiro.

⁴¹ Cf.: *Almanach Popular para o ano de 1879*. Carlos Ferreira e Hypólito da Silva (org.). Campinas: Typ. da *Gazeta de Campinas*, 1878.; e *Almanach do Correio de Campinas*. Henrique Barcellos (org.). Campinas: Tipografia a Vapor do Correio de Campinas, 1886.

3. Breves considerações sobre a formação do Partido Republicano Paulista e a atuação dos republicanos de Campinas

Já no início da década de 1870, os campineiros defensores das idéias republicanas passaram a participar ativamente da formação de um partido republicano na província de São Paulo. Em Campinas, no ano de 1872, houve uma reunião de republicanos na casa de José de Campos Salles, na qual decidiu-se, entre outras coisas, estabelecer uma comissão de cinco membros em Campinas, a fim de dirigir os interesses do partido e convocar reuniões, além de manter contato com os demais clubes republicanos da província. A comissão do partido, eleita nessa reunião, foi composta por: Dr. Américo Brasiliense, Dr. Jorge de Miranda, Dr. F. Quirino dos Santos, Dr. M. F. Campos Salles e Elias do Amaral Souza.⁴²

Os republicanos de Campinas estiveram presentes na Convenção que fundou o Partido Republicano Paulista, realizado em 18/4/1873, na cidade de Itu, ao qual tomaram parte cidadãos de diversas localidades. Nessa reunião, os republicanos paulistas decidiram constituir uma assembléia de representantes de todos os municípios, para funcionar na capital.

Em julho de 1873, os diversos representantes de municípios reuniram-se no Congresso Republicano na cidade de São Paulo. Nessa ocasião, propôs-se a eleição de uma comissão permanente do partido, encarregada de estudar e formular um projeto de organização política sobre a base de federação de municípios e autonomia federal das províncias.⁴³ Nessa ocasião, devido às discussões em relação à posição do partido frente ao movimento abolicionista, houve a ameaça de desarticulação do partido, caso Luiz Gama (abolicionista e mulato) se retirasse das discussões. Francisco Glicério, também mulato, colocando-se em defesa da causa republicana, teria afirmado que: “o desinteresse pela abolição era apenas uma habilidade partidária. (...) o fim do cativo já era coisa inevitável (...). Em tais condições, fechar os olhos àqueles escrúpulos de coerência tornava-se um dever de abnegação para com os companheiros, para com o partido e para com os próprios ideais republicanos.”⁴⁴

⁴² Conforme notícia da *Gazeta de Campinas*, de 7/11/1872. A citada reunião republicana em Campinas teria ocorrido no dia 3/11/1872.

⁴³ A comissão eleita pelos 26 representantes presentes foi: Américo Brasiliense, Américo de Campos, João Tibiriçá Piratininga (Presidente da comissão), João Tobias de Aguiar e Castro, Martinho Prado Júnior, Antônio Augusto da Fonseca e Manoel Ferraz de Campos Salles. *Gazeta de Campinas*, 10/7/1873.

⁴⁴ SANTOS, J. M., op. cit., pág. 151/152.

O Manifesto do Congresso Republicano, resultante das reuniões de julho de 1873⁴⁵, contestou as opiniões extremistas atribuídas ao partido por seus opositoristas, ora no sentido da emancipação dos escravos, ora no sentido de manter o elemento servil. Nesse documento, os republicanos afirmaram que a questão do elemento servil não seria política, mas sim, social, e estaria no domínio da opinião nacional e de todos os partidos políticos, especialmente dos monarquistas, que, estando no poder, seriam responsáveis pelo desfecho prático da questão. Acrescentaram que, se a questão do elemento servil fosse entregue à deliberação do partido, em respeito ao princípio da união federativa, cada província realizaria a substituição do trabalho de acordo com seus interesses peculiares, conforme a maior ou menor facilidade em substituir os escravos por trabalhadores livres; e também, em respeito aos direitos adquiridos, a reforma seria feita tendo por base a indenização e o resgate.

José Maria dos Santos, na obra *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, afirma que a entrada de setores agrários na corrente republicana automaticamente desarticulou-a da campanha abolicionista. Convém acompanhar algumas observações feitas pelo autor em relação aos republicanos paulistas: Bernardino de Campos, um dos precursores paulistas do movimento republicano, que de ascendência portuguesa, não tivera contatos diretos com o mundo rural, tinha a postura de que “a república sem ser precedida da abolição, seria uma utopia”⁴⁶ (mas, participou do PRP de forma tolerante); já outros componentes do grupo republicano, como Prudente de Moraes (advogado em Piracicaba) e Campos Salles, descendiam de grandes proprietários de terras, sendo que este último passou ele mesmo a atuar como fazendeiro, possuindo mão-de-obra escrava em sua fazenda; Francisco Glicério e Jorge de Miranda também tinham interesses econômicos na lavoura. Já Américo Brasiliense, “um liberal completo e doutrinalmente irrepreensível”, apesar de nunca ter tido participação na propriedade servil, tinha como amigos e parentes próximos pessoas ligadas ao meio rural (observe-se que fixou residência em Campinas, em 1872), e acabou por constituir-se um “aglutinador dos vários elementos republicanos”, tentando conciliar “os republicanos radicais e os seus novos correligionários fazendeiros”,⁴⁷ ainda na fase de preparação para a organização do Partido Republicano Paulista.

⁴⁵ Conforme apresentado na *Gazeta de Campinas*, de 10/7/1873.

⁴⁶ SANTOS, J. M., op. cit., pág. 108.

⁴⁷ Idem, citações às págs. 109, 110 e 113.

Após o Congresso de 1873, Campinas tornou-se o principal centro do republicanismo em São Paulo.⁴⁸ Na década de 1880, o Partido Republicano consolidou sua influência no município de Campinas, vencendo grande parte das eleições municipais, e conseguindo eleger candidatos às Assembléias Provincial e Geral. Mesmo em condições adversas ao êxito do partido nas eleições, como as alianças realizadas entre liberais e conservadores, em Campinas os republicanos freqüentemente obtinham resultados favoráveis, contrariando as tendências do restante da província.

O Partido Republicano obteve representações expressivas em Campinas, elegendo crescente número de vereadores ao longo dos anos. Nas eleições de 1880, os republicanos elegeram três dos nove vereadores de Campinas; em 1882, foram quatro os eleitos pelo partido, e, em 1885, na eleição para uma vaga deixada pelo falecimento de um vereador, os republicanos obtiveram a maioria na Câmara Municipal, com cinco vereadores. Apenas em 1886, devido à aliança feita entre os partidos monarquistas (conservadores e liberais), que conseguiram levar mais eleitores às urnas, os republicanos perderam a maioria na Câmara, apesar da eleição de quatro republicanos.⁴⁹ Em relação às eleições provinciais, os republicanos de Campinas participaram ativamente das campanhas para levar seus representantes à Assembléia Provincial. Apesar de terem recomendado o voto em branco nas eleições provinciais de 1879, dada a pouca concorrência de correligionários e falta de apresentação de uma lista de candidatos pelo partido na eleição anterior⁵⁰, no pleito realizado no final de 1881 os republicanos conseguiram eleger seis representantes à Assembléia Provincial; entre os 36 deputados eleitos para a Assembléia Provincial de 1882, havia 15 liberais, 14 conservadores, 6 republicanos e um autonomista e católico. Pelo 7º Distrito (ao qual Campinas pertencia) foram eleitos dois deputados republicanos, M. F. de Campos Salles e Gabriel de T. Piza e Almeida.

Em 1884, os republicanos do 7º Distrito, reunidos em Campinas, escolheram como candidato a Deputado Geral pelo distrito, o advogado campineiro M. F. de Campos Salles, que eleito, tornou-se o primeiro campineiro a ocupar esse cargo, e o primeiro representante

⁴⁸ Porém, a propaganda republicana aí desenvolvida atingia, “a literatos e eruditos (...) sem de modo algum tentar descer às massas populares”, conforme afirma J. M. dos Santos, *op.cit.*, pág. 155.

⁴⁹ *Gazeta de Campinas*, 2/7/1886. Nesse mesmo pleito, a paróquia da Conceição elegeu quatro Juizes de Paz republicanos, e a paróquia de Santa Cruz elegeu dois liberais e dois conservadores. Pelo observado nas notícias referentes às eleições em Campinas, a paróquia da Conceição concentrava a maioria do eleitorado republicano.

do forte partido republicano do 7º distrito a chegar à Câmara Temporária.⁵¹

O fortalecimento do partido republicano na região de Campinas pode ser observado pela conquista das eleições gerais de 1884 pelos republicanos do 7º Distrito, bem como, pelo desempenho nas eleições provinciais realizadas em 1885, na qual foi eleito o advogado campineiro Francisco Quirino dos Santos, notável membro do partido republicano da província, um dos fundadores do partido em Campinas e fundador do jornal *Gazeta de Campinas*⁵². Após derrota nas eleições gerais de 1886 devido à aliança entre os partidos monárquicos, na eleição provincial realizada em 1887, os republicanos voltaram a obter resultados favoráveis, elegendo três dos quatro representantes do 7º distrito (Campos Salles, M. Prado Jr. e Bernardino de Campos). Em Campinas, a vitória republicana fora arrebatadora: os votos do partido superaram em 126 os votos somados de liberais e conservadores.⁵³

A destacada presença do partido republicano na cidade levou à fundação do Clube Republicano Campineiro, em 1886, que se propunha a oferecer cursos regulares de ciências políticas, e conferências sobre temas da atualidade ministradas por Francisco Glicério e Campos Salles, entre outros republicanos.⁵⁴

3.1 Os republicanos de Campinas e as discussões sobre a abolição da escravidão

Através das posições defendidas pela *Gazeta de Campinas*, jornal fundado sob concepção republicana, pode-se perceber que os republicanos de Campinas não defendiam a imediata abolição da escravidão; antes sim, buscavam meios de se realizar uma transição que não afetasse as bases da economia do país. Já na primeira sessão do Congresso Republicano celebrado na província em 1873, a questão da escravidão foi abordada respeitando-se o princípio da federação, pregado pelos republicanos, ou seja, cada província deveria realizar a reforma do trabalho de acordo com seus interesses peculiares. O partido republicano posicionava-se no sentido de buscar compreender as dificuldades reais que

⁵⁰ Cf. circular “Ao Partido Republicano”, *Gazeta de Campinas*, 23/11/1879.

⁵¹ *Gazeta de Campinas*, 1/1/1885.

⁵² O outro candidato indicado pelo partido republicano do 7º Distrito à deputação provincial, Piza e Almeida (médico residente em Itatiba) também foi eleito, no 2º escrutínio, vencendo o candidato liberal Policarpo T. de A. Queiroz. *Gazeta de Campinas*, 19/11/1885.

⁵³ *Gazeta de Campinas*, 13/12/1887.

acompanhavam a solução do problema da mão-de-obra: as diferentes províncias teriam necessidades específicas, que precisariam ser consideradas na busca de uma solução para a questão do elemento servil.

Em meados da década de 1880, a imprensa advogava que muitos fazendeiros não estariam libertando seus escravos por falta de braços para continuar o trabalho em suas terras, e não por ainda acreditarem na instituição escravista. Prova disso seriam as concessões de liberdade por iniciativa dos fazendeiros, já muito superiores ao número de cartas de alforria conseguidas com o fundo de emancipação.⁵⁵ Em relação à colonização, conservava-se uma postura contrária à intervenção direta e oficial em questões de imigração, considerando-se que medidas como a grande naturalização, a abolição da religião do Estado, etc., propiciariam uma corrente ininterrupta de imigração para o país.

Já às vésperas da abolição, as propostas de extinção gradual da escravidão não encontravam mais apoio na imprensa republicana de Campinas. Propostas como a extinção “natural” da escravidão, segundo a qual após a Lei do Ventre Livre não haveria uma nova geração de escravos, de forma que não seriam necessárias medidas adicionais,⁵⁶ ou mesmo a Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários, de 1885, que regulava a extinção gradual do elemento servil (liberdade mediante indenização e prestação de serviços obrigatória por cinco anos), além de outros projetos que previam a manutenção do trabalho escravo até por volta de 1890⁵⁷, eram vistos como insuficientes. Naquele momento, dados os movimentos espontâneos de libertação por parte dos fazendeiros (além das libertações propiciadas pelo Fundo de Emancipação), e as constantes fugas de escravos, a Gazeta de Campinas passou a defender a extinção imediata do trabalho escravo, e a discutir as medidas necessárias à reorganização do sistema de trabalho.

⁵⁴ *Gazeta de Campinas*, 14/7/1886. Em edições posteriores verifica-se a realização de conferências por Alberto Salles, José do Patrocínio (jornalista, redator da *Gazeta da Tarde*, do Rio de Janeiro), Quintino Bocaiúva, Bernardino de Campos, Campos Salles, Saldanha Marinho, entre outros.

⁵⁵ Em 31/8/1884, a *Gazeta de Campinas* informou que, de 1º de Julho de 1883 a 30 de Agosto de 1884, foram registradas nos cartórios de Campinas, 141 cartas de liberdade, não estando compreendidas nesse número as liberdades concedidas pelo fundo de emancipação.

⁵⁶ Conforme artigo do major Escragnolle Taunay publicado no *Jornal do Comércio*, e transcrito na *Gazeta de Campinas*, de 20/4/1880.

⁵⁷ Afirmava-se na *Gazeta de Campinas* que, em São Paulo, terra da iniciativa particular, o trabalho agrícola não era mais visto como dependente do braço escravo, dada a crescente corrente de imigração que recebia. Os fazendeiros de Campinas, possuidores de estabelecimentos rurais neste e em outros municípios, já teriam dado o exemplo da libertação de seus escravos, com cláusula de prestação de serviços, em geral até 1890, que coincidiria com o prazo de projetos apresentados ao governo. *Gazeta de Campinas*, 6/5/1887.

No final de 1887, as discussões sobre a melhor forma de se proceder à emancipação dominavam as páginas dos jornais de Campinas. Em 4/11/1887, a *Gazeta de Campinas* publicou editorial comentando proposta de libertação de escravos de um fazendeiro de Campinas: liberdade e contrato de trabalho assalariado com os escravos, já que as libertações condicionais, como eram feitas, não se mostravam eficientes. A proposta referia-se à libertação dos escravos e à contratação dos mesmos, a partir de sua libertação, pela quantia que ganharia um colono, procurando-se garantir os direitos e interesses de ambas as partes.⁵⁸ Por outro lado, em favor da não extinção do trabalho escravo, ainda argumentava-se que os lavradores não estariam preparados para lidar com outra forma de trabalho que não o escravo, o que dificultaria o tratamento dos libertos e colonos de forma diferente da utilizada com os antigos cativos; além disso, argumentava-se que o escravo não se sujeitaria às leis do trabalho, e que os colonos careceriam de rigor de disciplina.⁵⁹ Ao comentar tais afirmações, a *Gazeta de Campinas* reafirmou suas posições favoráveis à extinção do trabalho escravo, argumentando que as leis coercitivas que obrigariam o homem a ter ocupação séria seriam aplicadas aos ex-escravos, e aqueles que se recusassem a trabalhar teriam que responder às autoridades; também os fazendeiros teriam que compreender os limites de sua autoridade sobre o trabalhador: “A liberdade tem limites, é certo, mas igualmente o tem o direito de mando”.⁶⁰

Dada a urgência de uma solução para a escravidão, com as constantes revoltas e fugas de escravos, a *Gazeta de Campinas* passou a sugerir, com a publicação de artigos de seus colaboradores, no final de 1887, que fosse autorizada a libertação dos escravos por municípios, medida de implementação mais fácil do que a emancipação por províncias (defendida anteriormente pelo PRP). A liberdade concedida ao escravo sob condição de prestação de serviços não era mais considerada uma solução naquele momento, pois o movimento pela abolição acelerava-se cada vez mais. Segundo o jornal, a propaganda abolicionista não poderia mais ser considerada “uma idéia de facção, de partido; é antes uma tendência nacional.”⁶¹ Em tais circunstâncias, a recomendação era que não se esperasse medida por parte do governo, pois as constantes fugas estavam levando ao despovoamento

⁵⁸ Conforme o editorial da *Gazeta de Campinas*, de 4/11/1887.

⁵⁹ “Reorganização do Trabalho”, editorial da *Gazeta de Campinas* (5/11/1887) comentando um artigo do jornal *País*.

⁶⁰ *Idem*.

das fazendas, tornando a situação crítica. A conclusão, portanto, era que a emancipação acabaria com as fugas, e os escravos interessados no trabalho agrícola permaneceriam no município; sob esse ponto de vista, os libertos forneceriam um contingente de cerca de seis mil trabalhadores no município.⁶²

Nesse sentido, no final de 1887, o problema do elemento servil já era considerado uma questão “morta”, de modo que não se deveria mais acreditar em resultados positivos a partir dessa instituição. Apesar do proclamado descaso do governo em relação à questão, e do trabalho dos resistentes em aceitar o fim do trabalho escravo, percebia-se não ser mais viável prolongar a escravidão. A conduta do governo em relação à abolição caracterizaria a monarquia, na opinião da *Gazeta*, como um “governo de incúria, de surpresa e de mistificação”.⁶³

Entretanto, cabe aqui relembrar a postura de não comprometimento do Partido Republicano Paulista em relação ao movimento abolicionista, e de deliberadamente deixar o problema ser encaminhado pelas mãos da monarquia, cabendo a ela quaisquer responsabilidades pelo seu desfecho. Podemos observar essa postura de forma explícita quando da discussão acerca da Lei dos Sexagenários, que regulava a emancipação dos escravos, em carta enviada por Francisco Glicério, um conciliador entre interesses da agricultura e o partido republicano, a Bernardino de Campos, cuja postura abolicionista preocupava o partido:

“Pois mais que nunca devemos ser discretos como temos sido, em relação ao assunto. (...) Mais um pouco de paciência, e o problema se resolverá desastrosamente com a responsabilidade da Coroa. Nós não somos partido de governo; e portanto, ou havemos de fazer abstenção ou revolução. Mas que revolução se o nosso objetivo é fundar a República, fato político, não libertar escravos, fato social? (...)”⁶⁴

⁶¹ “Libertação por Municípios” (Editorial). *Gazeta de Campinas*, 22/11/1887.

⁶² Idem.

⁶³ “Em Nome do Futuro”. *Gazeta de Campinas*, 27/11/1887.

⁶⁴ Essa carta, que seria datada de 10/7/1884, está transcrita em SANTOS, J. M., op. cit., pág. 152.

4. Considerações Finais

Ao estudar a elite paulista de fins do século XIX, Joseph Love caracterizou os cafeicultores paulistas como uma “elite agrícola de claras tendências burguesas”⁶⁵ Dessa forma, o princípio do federalismo, de descentralização administrativa, pregado pelos republicanos atenderia também a demandas dos setores agrários, na medida em que permitiria à província controlar a aplicação dos recursos por ela gerados. Nesse meio, constantes eram as queixas acerca da indiferença do governo imperial aos problemas da província, particularmente em relação à contribuição de São Paulo ao Tesouro, que seria diversas vezes maior do que os gastos realizados pelo governo imperial na província. Nesse sentido, J. Love avalia: “Quando os paulistas organizaram o Partido Republicano provincial, em 1873, deixaram claro que os interesses locais seriam melhor servidos por meio do novo regime. (...) Os republicanos paulistas defendiam um padrão de redistribuição da renda imperial que permitisse à província financiar os custos de sua economia exportadora em expansão. Pregavam também a autonomia política, que abriria o caminho para a exploração plena do potencial econômico de São Paulo.”⁶⁶ Portanto, em São Paulo, o ideário republicano teria se circunscrito à defesa dos interesses estabelecidos.

Conforme destacado em passagens anteriores, parece-nos inegável a relação estabelecida entre o Partido Republicano e a agricultura em São Paulo. Entre os principais líderes do partido republicano da província encontravam-se diversos elementos oriundos do Oeste Paulista, a região dinâmica da expansão cafeeira, sendo alguns proprietários de fazendas e outros com profundas relações nesse setor. Porém, com a Proclamação da República, ao assumirem postos no governo nacional, esses mesmos elementos assumem posições que não podem ser identificadas diretamente com os interesses da lavoura. A política de Campos Salles, que ao assumir a presidência, em 1898, defrontou-se com dois problemas de soluções opostas no curto prazo (o do complexo cafeeiro- baixa de preços internos e externos, e o da falência financeira do Estado) caracteriza o perfil pragmático da elite que se forma nessa rica região cafeeira de São Paulo: optando pelo saneamento financeiro do país (cujas fragilidade não comportava uma política de valorização do café), e

⁶⁵ LOVE, J. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Pág. 150.

⁶⁶ Idem, pág. 150/151.

priorizando os pagamentos aos credores estrangeiros, em detrimento da dívida interna, Campos Salles criou as condições para futuras políticas relativas à cafeicultura. Nesse sentido, o que se pretende ressaltar aqui, é o pragmatismo dessa elite política, que se forma no âmbito da expansão do complexo cafeeiro paulista, cujo horizonte transcendia o âmbito local, os interesses particulares da lavoura cafeeira, ou seja, tratava-se de uma elite que tinha a exata dimensão de seu papel nas transformações por que passava o país em fins do século XIX.

Bibliografia

- ALVES FILHO, F. R. Campos Sales. São Paulo: Cultura do Brasil Editora, 1940.
- BERGÓ, M. E. A. Estudo Geográfico da Cidade de Campinas. Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. 3, São Paulo, 1952.
- CALÓGERAS, J. P. A Política Monetária do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- CAMARGO, J. F. Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos. 3 Volumes. São Paulo: FFCL/USP, 1952.
- CAMPOS SALLES, M. F. Da Propaganda à Presidência. Brasília: UNB, 1983.
- CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. Capitalismo Tardio. Contribuição à Revisão Crítica da Economia Brasileira. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CASALECCHI, J. E. O Partido Republicano Paulista: Política e Poder (1889-1926). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DEAN, W. A Industrialização de São Paulo: 1880-1945. Trad. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- DELFIN NETTO, A. O Problema do Café no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.
- DENIS, P. O Brasil no Século XX. Lisboa: José Bastos & Cia. Editores. s/d.

- GONÇALVES, J. R. B. A Utopia da Ordem Social: o Positivismo na Crise da Ordem Imperial Brasileira (1862-1898). Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLCH, 1989.
- IBGE. Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro, 1952.
- KELLER, E. C. S. As Funções Regionais e a Zona de Influência de Campinas. Revista Brasileira de Geografia, ano 31, número 2, 1969.
- KUGELMAS, E. Difícil Hegemonia: Um Estudo sobre São Paulo na Primeira República. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLCH, 1986.
- LAPA, J. R. A. A Cidade: Os Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- LIMA, S. L. L. O Oeste Paulista e a República. São Paulo: Vértice, 1986.
- LOVE, J. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MARIANO, J. História da Imprensa em Campinas. In: IBGE. Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro, 1952.
- MATOS, O. N. Café e Ferrovias. 2ª edição. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.
- MATOS, O. N. Campinas: das Origens até 1930. In: Campinas de Ontem e de Hoje. Empresas Lix da Cunha, 1988.
- MELLO, F. F. Formação Histórica de Campinas: Breve Panorama. In: Campinas: Subsídios para a Discussão do Plano Diretor. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 1992.
- MILLIET da Costa e Silva, S. Roteiro do Café e Outros Ensaios. 4ª edição. São Paulo: HUCITEC/INL, 1982.
- PUPO, C. M. M. Campinas: Município no Império : Fundação e Constituição, Usos Familiares, a Morada, Sesmarias, Engenhos e Fazendas. São Paulo: Impr. Oficial, 1983.
- RIBEIRO Jr., J. Alberto Salles: Trajetória Intelectual e Pensamento Político. São Paulo: Convívio, 1983

- SAES, F. A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- SAES, F. As Ferrovias de São Paulo 1870-1940. São Paulo: HUCITEC/INL-MEC, 1981.
- SEMEGHINI, U. C. Do Café à Indústria: Uma Cidade e seu Tempo. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991.
- SILVA, S. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SANTOS, J.M. Os Republicanos Paulistas e a Abolição. São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- TAUNAY, A. de E. História do Café no Brasil. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939-1943. 15 Volumes.
- VIOTTI da Costa, E. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- VIOTTI da Costa, E. Da Senzala à Colônia. 3ª edição. São Paulo: Edunesp, 1998.
- Fontes Primárias:**
- ALMANAK de Campinas para 1872. José Maria Lisboa (org.). Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1871.
- ALMANAK de Campinas para 1873. José Maria Lisboa (org.). Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1872.
- ALMANACH de Campinas para o Ano de 1879. Carlos Ferreira e Hypólito da Silva (org.). Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1878.
- ALMANACH do Correio de Campinas. Henrique de Barcellos (org.). Campinas: Tipografia a Vapor do Correio de Campinas, 1886.
- AMARAL, L. (org.) A Cidade de Campinas em 1900. Campinas: Tipografia Casa do Livro Azul, 1889.
- RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, em 2 de Fevereiro de 1868.
- GAZETA de Campinas. 1869-1887. Periódico.